

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA

POLLYANA THAIS PINHEIRO

PLANEJAMENTO FINANCEIRO: ANÁLISE DO PERFIL DO INVESTIDOR E
ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Curitiba
2014

POLLYANA THAIS PINHEIRO

PLANEJAMENTO FINANCEIRO: ANÁLISE DO PERFIL DO INVESTIDOR E
ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Monografia entregue à Universidade Federal do Paraná – UFPR – como requisito parcial para obtenção do título de Especialista do curso de Controladoria.

Orientador (a): Ana Paula Mussi Szabo Cherobin.

Curitiba
2014

TERMO DE APROVAÇÃO

POLLYANA THAIS PINHEIRO

PLANEJAMENTO FINANCEIRO: ANÁLISE DO PERFIL DO INVESTIDOR E
ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Esta monografia foi julgada e aprovada para obtenção do título de especialista no Curso de Controladoria da Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, 25 de junho de 2014.

AGRADECIMENTOS

”Bom é louvar ao SENHOR, e cantar louvores ao teu nome, ó Altíssimo;

Para de manhã anunciar a tua benignidade, e todas as noites a tua fidelidade;

Sobre um instrumento de dez cordas, e sobre o saltério; sobre a harpa com som solene.

Pois tu, SENHOR, me alegraste pelos teus feitos; exultarei nas obras das tuas mãos.

Quão grandes são, SENHOR, as tuas obras! Tão profundos são os teus pensamentos.

Mas tu, SENHOR, és o Altíssimo para sempre.

O justo florescerá como a palmeira; crescerá como o cedro no Líbano.

Os que estão plantados na casa do SENHOR florescerão nos átrios do nosso Deus.

Na velhice ainda darão frutos; serão viçosos e vigorosos,

Para anunciar que o SENHOR é reto. Ele é a minha rocha e nele não há injustiça.”

Salmos 92

RESUMO

Foi destacado neste trabalho que com o advento do Plano Real, em 1994, o indivíduo passou a ter a possibilidade planejar seu futuro financeiro em virtude da estabilidade econômica. Contudo, por conta de anos constantes de inflação alta, o hábito de lidar racionalmente com as finanças pessoais não era presente no cotidiano das pessoas. Com a estabilização da economia, a oferta de crédito e de serviços por parte das instituições financeiras passou a ser intensa, bem como o aumento significativo do consumo, de modo que com esta nova realidade, a educação financeira tornou-se determinante para a manutenção do padrão de vida das famílias. Foi destacada também a importância do planejamento financeiro no que tange a reserva e alocação de recursos. Uma vez que há disponibilidade de reserva financeira faz-se necessária a identificação do perfil de investidor para correta escolha do investimento. O objetivo principal deste projeto é o de realçar a importância da educação financeira para a organização das finanças pessoais, bem como para a disciplinarização da conduta no trato com os recursos financeiros. A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho foi o da pesquisa bibliográfica, em que se utilizaram autores diversos que tratam do tema, possibilitando uma exposição geral de informações em torno do problema e pesquisa qualitativa de natureza descritiva com dados secundários de uma instituição financeira.

Palavras-chave: Educação Financeira. Investimentos. Planejamento financeiro.

ABSTRACT

Was highlighted in this paper that with the advent of the Real Plan in 1994, the individual now has the opportunity to plan their financial future because of economic stability. However, due to years of consistent, high inflation, the habit of dealing rationally with personal finances was not present in the daily lives of people. With the stabilization of the economy, the supply of credit and services by financial institutions became intense, and the significant increase in consumption, so that with this new reality, financial education has become crucial to the maintenance of standard of living of households. It has also highlighted the importance of financial planning regarding the reservation and allocation of resources. Since there is availability of financial reserves is necessary to identify the right investor profile for correct choice of investment. The main objective of this project is to highlight the importance of financial education for the organization of personal finance, as well as the disciplining of conduct in dealing with the financial resources. The methodology used for the elaboration of this work was the literature search, which used many authors dealing with this issue, providing a general explanatory information about the problem and qualitative descriptive research using secondary data from a financial institution.

Keywords : Financial Education . Investments . Financial planning .

LISTA DE SIGLAS

ANBIMA - Associação Nacional dos Bancos de Investimentos

BM &F BOVESPA - Bolsa Mercantil e Futuros de São Paulo

COPOM - Comitê de Política Monetária.

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira .

OCDE - Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico.

PEF - Programa de Educação Financeira

PIB - Produto Interno Bruto

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PERFIL CONSERVADOR

GRÁFICO 2 – PERFIL MODERADO

GRÁFICO 3 – PERFIL ARROJADO

GRÁFICO 4 – PERFIL MODERADO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO TEÓRICA.....	11
3 FINANÇAS PESSOAIS	13
4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	16
4.1 PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA	20
4.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL.....	24
4.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO: DIFICULDADES PARA SEU DESENVOLVIMENTO	25
5 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: ASPECTOS DO INVESTIMENTO	27
5.1 OPÇÕES DE INVESTIMENTOS PARA PESSOAS FÍSICAS	30
5.1.1 RENDA FIXA	30
5.1.2 POUPANÇA	31
5.1.3 CERTIFICADO/RECIBO DE DEPÓSITO BANCÁRIO – CDBs.....	31
5.1.4 TÍTULOS PÚBLICOS	32
5.1.5 DEBENTURES	33
5.1.6 FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA	33
5.1.7 RENDA FIXA – ÍNDICES	34
6 RENDA VARIÁVEL.....	35
7 CLASSIFICAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO DE ACORDO COM A ANBIMA: FATORES DE RISCO INERENTES A CADA CLASSE DE FUNDOS.....	36
8 IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO INVESTIDOR	37
9 METODOLOGIA.....	38
10 ANÁLISE DOS DADOS.....	39
11 RECOMENDAÇÃO DE CLASSE DE ATIVOS DE ACORDO COM PERFIL IDENTIFICADO.	40
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXOS	48

1 INTRODUÇÃO

O planejamento financeiro consiste em buscar meios que propiciem o uso adequado do dinheiro seja individual ou pelas famílias nos gastos e na melhor forma de investimento. Contudo, são poucas pessoas que conseguem seguir estratégias para o controle financeiro, ou que possuem conhecimento no que tange ao mercado financeiro e produtos de investimentos.

Diante destes fatores os planejadores financeiros atuam de forma a orientar a gestão dos recursos de seus clientes e na escolha correta dos serviços e produtos investimentos.

Considerando esses fatores, tem-se o seguinte problema: Como o planejador financeiro pode contribuir para a gestão dos recursos dos seus clientes através da análise do perfil do investidor e recomendação adequada de alocação dos recursos?

O objetivo principal deste projeto consiste em abordar a importância da educação financeira para reserva de recursos, bem como a atuação do consultor de forma a orientar no planejamento financeiro.

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho foi o da pesquisa bibliográfica, em que se utilizaram autores que tratam do assunto, possibilitando uma análise mais profunda sobre o tema. Também foi realizada uma pesquisa descritiva com a análise de uma carteira de clientes de uma instituição financeira, considerando o perfil dos clientes bem como a composição de sua carteira de investimentos. Por ultimo foi realizada uma pesquisa de campo a fim de levantar dados com relação às pessoas que fazem ou não um planejamento financeiro.

Este trabalho se justifica no sentido de elaborar um material com informações acerca da relevância do planejamento financeiro e da importância da correta alocação dos recursos, no sentido de orientar e disciplinar seus clientes a conduzir de forma racional e inteligente o orçamento doméstico em termos de gastos e investimentos, propiciando com isso um presente equilibrado e, quiçá, um futuro tranquilo.

2 REVISÃO TEÓRICA

O acesso fácil a produtos e serviços financeiros, somados à inclusão maior quantidade de clientes, ensejou uma transformação substancial do ambiente financeiro, exigindo dos indivíduos à aquisição de conhecimentos financeiros que sustentem as suas decisões acerca do controle de sua vida financeira cotidiana, e dos seus investimentos. (SAVOIA; SAITO, PETRONI, 2007).

Segundo a Organização para Cooperação para o Desenvolvimento Econômico, OCDE (apud, AUGUSTINIS, COSTA E BARROS, 2012, p. 7) a educação Financeira:

[...] deve ser vista como um processo contínuo e perene, de modo que se deve levar em consideração o crescente aumento no nível de complexidade dos mercados, as mudanças nas necessidades de um indivíduo ao longo dos diferentes estágios de sua vida e o aumento na quantidade de informações complexas.

Segundo Assaf Neto (2005), o início de um planejamento financeiro e uma gestão de investimentos está relacionada à organização das finanças pessoais, buscando o equilíbrio do orçamento com a potencialidade de evidenciar a realidade das finanças e a conjuntura dos recursos, os disponibilizados para investimentos e os comprometidos com o orçamento doméstico.

Independente do poder aquisitivo ou do tamanho a renda familiar, é preciso que todos os membros planejem e controlem o uso do dinheiro, decidindo em que e como vai gastar o seu dinheiro. Para isso, é preciso analisar, de um lado, as necessidades, desejos e aspirações, em vista dos valores pessoais, e, do outro, os ativos e os passivos, as receitas e as despesas. Tendo sempre em mente que é preciso fazer com que gastos estejam em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo grupo familiar ou pela unidade doméstica sem perder de vista os objetivos a curto, médio e longo prazo. (MARQUES, 2005, p. 14)

Contudo, muitas vezes o indivíduo por si só não tem o conhecimento suficiente, nem tampouco a habilidade necessária para traçar estas metas, muito

embora seja a sua vontade, necessitando para isso a participação de um planejador financeiro pessoal.

Segundo Frankenberg (2009) existe uma inclinação mundial na atualidade na busca de serviços deste profissional, uma vez que há um aumento considerável da expectativa de vida, conseqüentemente, maior tempo de produtividade que implica o recebimento de proventos, evidenciando uma preocupação maior com investimentos, orçamento doméstico e equilíbrio financeiro visando um futuro confortável na aposentadoria, além da aposentadoria oficial.

A análise da viabilidade de investimento financeiro envolve a consideração de variáveis diversas como o risco, retorno, liquidez, custos, tributação, taxas de administração dentre outras possibilidades, porém, antes de avaliar o investimento, o investidor deve identificar seu perfil e os aspectos comuns quanto à quantia a ser investida, tolerância ao risco, possibilidades de ganho, idade, dependentes, tudo o que se relaciona com a sua condição presente e futura. (LEAL E NASCIMENTO, 2012).

Esclarece Torralvo, Sousa e Rocha (2012) que o planejamento financeiro contribui para a interpretação das estatísticas de avaliação dos fundos, identificando não somente os gestores que proporcionaram maior rentabilidade, mas, igualmente, os que conseguiram as melhores relações entre risco e retorno. A interpretação eficiente acerca das informações sobre o mercado de fundos de investimento é um elemento relevante para que o investidor atinja seus objetivos financeiros, sendo o planejador financeiro competente para esta tarefa.

Assim, arriscar em determinado investimento que promete grandes retornos, pode representar risco excessivo de modo que possa representar a perda de todo o capital. A racionalização é fundamental conforme o capital, risco e objetivos pretendidos. (TORRALVO, SOUSA E ROCHA, 2012).

3 FINANÇAS PESSOAIS

A questão das finanças pessoais ganhou substancial relevância a partir de meados da década de 1990 com a ascensão do Plano Real, posterior a uma significativa e incisiva crise econômica advinda desde o início dos anos 1980, em que o Brasil passou por sucessíveis reformas econômicas; momento este que se caracterizou por uma redução dos investimentos e substanciais reduções do Produto Interno Bruto, aumento da inflação e da dívida externa, na qual legou uma dimensão de consequências ainda existente na atualidade. (SIMAS E LAMA, 2012).

Menciona Silva (2002) que este período foi um momento crítico para a condição econômica, o próprio Estado financiava suas dívidas, prejudicando o seu compromisso com os estados e municípios; investidores e empresários foram prejudicados, desemprego aprimorado e a grande parte da sociedade sem condições de consumir em virtude do poder de compra de seus salários, uma vez que a inflação corroía o valor do dinheiro em questão de horas.

Bresser-Pereira (apud. GÜNTHER, 2012, p. 24) esclarece a condição do parágrafo anterior:

[...] naquela época, o governo financiava as dívidas pagando taxas que variavam diariamente no mercado: as taxas overnight, e distribuía os benefícios, pensões, auxílios e repasses aos Estados e Municípios com pelo menos 01 mês de defasagem, sem correção, ganhando a diferença proporcionada pela taxa da inflação (imposto inflacionário); o empresário era obrigado a reajustar o preço dos produtos e serviços semanalmente, no mínimo, e presenciava os ativos desvalorizarem caso não os protegesse adequadamente; e as pessoas, ou melhor, os consumidores, autônomos, investidores, dentre outros, apesar de aplicarem suas economias a taxas de até 50% ao mês, não tinham noção da corrosão que o dinheiro sofria no tempo, ou seja, um dos princípios básicos em finanças.

Em uma sociedade capitalista, conduzida por papel moeda, os indivíduos estão submetidos ao consumo diário, para o atendimento de suas necessidades mais vitais ou não; em contrapartida, as vendas devem ser realizadas, inclusive da força de trabalho, em dimensão compatível para o equilíbrio das relações, na concepção de Torralvo (apud. SIMAS E LAMA, 2012), a obtenção deste equilíbrio é o núcleo das preocupações das finanças pessoais.

Finanças pessoais é uma área da ciência que tem por finalidade compreender os conceitos financeiros aos membros de uma sociedade no sentido de que as informações recebidas sejam direcionadas às suas tomadas de decisões

ao que se alude aos seus recursos pessoais, possibilitando que ascenda uma conduta equilibrada de seus orçamentos diante da dinâmica do mercado financeiro. (FOULKES; GRACI, 2009).

Observa-se diante desta definição que a dinâmica de planejar as finanças, faz com que os indivíduos passem a direcionar recursos para o atendimento de suas necessidades básicas e para os desejos de consumo.

Assim, contemporaneamente pode-se mencionar que finanças pessoais é algo inerente ao conhecimento sistêmico e transmissível no contexto da ciência econômica. Segundo Halfeld (2006) os objetivos do controle das finanças pessoais são garantir que:

- As despesas pessoais sejam mantidas por recursos originadas de fontes de onde o indivíduo tenha controle, assegurando a independência de outros recursos, que têm custo ou às vezes não estão disponíveis de forma constante (são instáveis);
- As despesas sejam distribuídas de forma proporcional às receitas ao longo de um período, mais especificamente, combinação ideal entre consumo e poupança;
- Na utilização de recursos de terceiros, que seja realizado com custo reduzido e tempo curto;
- Atingimento das metas pessoais de forma compatível entre o querer (necessidades e desejos) e o poder (capacidade de recursos e de compra), assim, ou aumenta-se o poder ou se reduz o querer, condição esta que existe planejamento;
- Diligência para o aumento do patrimônio pessoal, secundando a independência financeira e reduzir a necessidade de tomada de recursos emprestados para fins de consumo.

Os objetivos supra são reforçados por Black Jr; Ciccotello; Skipper (2002) ao mencionarem que as finanças pessoais têm como pressupostos compreender as condições de financiamento de bens e serviços fundamentais ao atendimento das necessidades pessoais; desta forma, em uma economia estribada em moeda e crédito as finanças pessoais são compreendidas como o trato do dinheiro, próprio e de terceiros, a fim de se buscar o acesso a bens e serviços, além de alocação de recursos como força de trabalho e ativos relativos aos indivíduos com fins de se

buscar dinheiro e crédito; assim, ganhar de forma adequada, bem como gastar da mesma forma é a questão presente nas finanças pessoais, condição esta que exige o planejamento financeiro.

4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Contemporaneamente, o mundo vivencia uma economia instável, em cenários como o Brasil, por exemplo, uma crise econômica mundial como a ocorrida em 2008, pode resultar em sérias consequências para uma substancial parcela da população, principalmente as assalariadas, que depende de seus trabalhos para a sobrevivência. É inequívoco que diante de uma crise tal como a destacada, as relações de consumo alteram drasticamente, necessitando alteração de comportamento, fundamental para se manter uma situação financeira estável, assim sendo, conforme destacam Saito, Savoia e Petroni (2007): “[...] os indivíduos precisam dominar um conjunto amplo de propriedades formais que proporcione uma compreensão lógica e sem falhas das forças que influenciam o ambiente e as suas relações com os demais.” dentre estas relações, enfatiza-se as relações de consumo e financeiras, para isso, é crucial que seja proporcionado a ele, de modo formal, as informações necessárias para melhor administrá-las, a fim de não levar a falência o próprio sistema capitalista, para isso a educação tem um papel relevante.

O termo “educação” remete ao contexto pedagógico, destarte, está evidente que ao se referir à educação está subtendido uma ação de disciplinar alguém para alguma coisa, conseqüentemente, tem em sua essência pedagógica, uma vez que a pedagogia tem como finalidade proporcionar a educação.

De acordo com Simas e Lama (2012), a educação é, genericamente, uma arte que considera todos os indivíduos em um processo de ensino e aprendizagem no sentido de aprimorar e aprofundar os conhecimentos acerca de um objetivo. Ao que se refere especificamente à educação financeira implica em conhecimentos de comportamentos, direitos, normas sociais e atitudes necessária à compreensão e funcionamento das ações financeiras.

É importante salientar que o termo financeiro é aplicado a uma dimensão de ações que se relacionam ao dinheiro presente no cotidiano dos indivíduos, que vai desde o pagamento de uma simples conta à preparação do orçamento doméstico, bem como à elaboração de um planejamento financeiro para uma vida.

A expressão educação financeira pode ser definida da seguinte forma de acordo com a OCDE (apud. SAITO, SAVOIA E PETRONI, 2007, p. 4):

[...] um processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que, com informação e recomendação claras, possam desenvolver habilidades e a confiança necessárias para tomarem decisões fundamentais e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro.

Outra definição oferecida para educação financeira está no sentido de ser:

[...] conjunto amplo de orientações e esclarecimentos sobre posturas e atitudes adequadas no planejamento e uso de recursos financeiros pessoais. É a capacidade de tomar decisões apropriadas na gestão das próprias finanças. Não deve ser confundida com o ensino de técnicas ou macetes de como ganhar dinheiro. (OCDE, apud. SAITO, SAVOIA E PETRONI, 2007, p. 4):

Observa-se das definições que a educação financeira tem como propósito, além de propor formas de planejamentos na administração dos recursos pessoais, proporciona também propicia ao indivíduo adquirir o conhecimento necessário para atuar com segurança como consumidor e como investidor no mercado. Desta forma, a educação financeira, portanto, tem como objetivo disciplinar o indivíduo a administrar de forma eficiente suas finanças de modo a torná-la mais valorizada diante às circunstâncias de consumo, bem como nas situações de investimento.

A educação financeira formalizada na realidade brasileira ainda não assumiu características específicas e reais inseridas no contexto pedagógico, diferente da situação que ocorrem em países como os Estados Unidos e Reino Unido na Europa.

De acordo com Saito, Savóia e Petroni (2007), nos Estados Unidos, desde os fins da década de 50, preconiza a educação financeira. Embora não seja obrigatória no país, em alguns Estados ela é compulsória na grade de ensino nas escolas, além de outras instituições públicas e privadas que atuam no sentido de aplicá-la. Neste sentido, Berheim et. al. (2007) fazem a seguinte menção:

Nos Estados Unidos, observa-se uma grande quantidade de sites e instituições que participam do processo de Educação Financeira [...]. Neste país, 29 estados (de um total de 50 e 1 distrito), entre 1957 e 1985, tornaram a Educação Financeira obrigatória nas escolas secundárias, com o objetivo de preparar os jovens para a vida adulta.

Tal conjuntura se justifica no sentido de que os Estados Unidos por se tratar de um país substancialmente desenvolvido, industrializado, com grande potencial consumidor e que comercializa com o mundo inteiro, portanto mais suscetível às crises econômicas, a educação financeira tem como finalidade

disciplinar o cidadão e as empresas a gerir de forma eficiente os recursos disponíveis seja nas relações de consumo, nas poupanças, bem como proporcionar informações em relação as mais variadas formas de investimentos presentes no mercado financeiro, além de noções de economia, para que o indivíduo possa compreender o seu funcionamento no mercado interno e externo.

Já no Reino Unido, mencionam Saito, Savóia e Petroni (2007), também não há uma exigência da educação financeira no currículo escolar. Nos países que integram o Reino Unido, cada país desenvolve um currículo próprio, geralmente alguns princípios inclinados a questões financeiras estão inseridos na disciplina de matemática e educação moral e cívica. Segundo England e Chatterjee (apud. SAITO, SAVOIA E PETRONI, 2007), somente em 2001 a Inglaterra incluiu de forma facultativa a educação financeira em seu sistema de educação. Temas como economia, mercado e investimentos não matérias inseridas na pedagogia dos países que compõe o Reino Unido; contudo, há uma forte presença das organizações públicas e provadas, na qual é destina verbas específicas pelo Estado no sentido de divulgar e estimular a cultura da poupança.

Saito, Savoia e Petroni (2007) discorrem que além destes países, outros como Canadá, Austrália, Nova Zelândia, alguns países da América Latina e Europa Central e Oriental mantem propostas em desenvolvimento acerca da Educação Financeira de modo a corresponder aos pontos do programa Projeto de Educação Financeira, criado pela OCDE – Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico, cujo objetivo é estudar a educação financeira e propor a criação de projetos de educação financeira nos países membros, visando a sua inserção no contexto da educação desde as primeiras séries iniciais. Não obstante o Brasil não ser país membro, procura contribuiu com sugestões ao programa.

São princípios enfatizados pela Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico, conforme relatam Saito, Savoia e Petroni (2007):

- A educação financeira deve promover de uma forma justa o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares;
- Os programas de educação financeira devem focar as prerrogativas de cada país, adequando-se à realidade nacional, incluindo aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões

de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia;

- O processo de educação financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel que é exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
- O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente, nos compromissos de longo prazo e naqueles que comprometem expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores;
- A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados, e a complexidade crescente das informações que os caracterizam;
- A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo o quanto antes.
- Os programas ou as disciplinas de educação financeira devem focar particularmente aspectos importantes do planejamento pessoal, como a poupança e aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
- Os programas ou as disciplinas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

Conforme se pode constatar pelas orientações do OCDE, para a efetivação da educação financeira deve haver o comprometimento das próprias instituições financeiras e do próprio Estado e da educação, uma vez que, segundo uma das orientações, conforme exposto, é que a educação financeira deve iniciar-se

na escola de modo a preparar o indivíduo para situações práticas em uma fase posterior de sua vida.

Segundo Saito (2008), é consenso a relevância da educação financeira, contudo, a transmissão de conhecimento exige investimentos dos setores públicos e privados, bem como na reunião de esforços para instruções adequadas.

Diante do exposto, pode-se inferir que a educação financeira é um conjunto de informações acerca de como o indivíduo pode gerir os seus recursos, envolvendo ações de como elaborar e acompanhar o orçamento doméstico, como comprar, poupar e investir, mais especificamente de como administrar os recursos de forma racional visando objetivos.

Assim sendo, os responsáveis pelas dinâmicas privadas devem ser atuantes, sem dificultar a formação e o desenvolvimento crítico acerca do assunto, igualmente, evitar situações oportunistas, assim, as instituições financeiras necessitam ter a ciência de que os seus clientes compreendam as informações de seus produtos, serviços e investimentos, para que não tomem iniciativas erradas que possam comprometer o seu futuro, de modo que as instituições financeiras são cruciais no contexto do planejamento financeiro do indivíduo.

4.1 PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

As significativas e constantes alterações evidenciadas no mercado financeiro contemporâneo a nível mundial em decorrência das transformações dos paradigmas econômico e comercial como a globalização, o aumento de produtos e serviços financeiros, bem como da alta tecnologia utilizadas no setor possibilita sobressair à importância que toma o planejamento e educação financeira na atualidade. (SARMA. PAIS, 2010).

Segundo Lucci et al (2006), a educação financeira vem sobressaindo cada vez mais como importante para a sociedade, principalmente pelo fato de que o mercado atual evidencia relevantes desafios para os clientes; pois a oferta de investimentos, ao mesmo tempo que é substancial é complexa, bem como cada vez

mais o indivíduo é conduzido ao consumo irracional em decorrência de elementos persuasão promovido pela indústria a partir de campanhas de marketing.

Estas alterações vêm exigindo dos indivíduos um conhecimento ampliado acerca de assuntos relacionadas à economia e finanças a fim de que tenham a capacidade de realizar um planejamento adequado de seus recursos pessoais, de modo a fazer escolhas eficientes de onde direcionar seus recursos, bem como escolher onde investir, com o fito de atingir seus objetivos de vida.

Em um posicionamento mais crítico, Willians (apud AUGUSTINIS, COSTA E BARROS, 2012) preconiza que a educação financeira pode ser crucial para legitimar os processos de tomadas de decisões referentes a assuntos financeiros, porém não é o bastante, pelo fato de que há meios emocionais que influenciam na conduta das pessoas em relação a finanças e que não podem ser eliminados somente pela educação.

Neste sentido Paixão (2010, p. 80) menciona quatro fatores que vão influenciar diretamente no comportamento do indivíduo em relação ao consumo e que levam ao comprometimento de sua condição financeira:

- Fatores culturais: dentro deste contexto são considerados os aspectos como subcultura e classe social. No contexto cultural são considerados valores, percepções, preferências e comportamento familiar. No contexto da subcultura destaca-se nacionalidade, religião, grupos raciais e região geográfica. Em relação às classes sociais menciona-se a heterogeneidade comuns a elas, como nível de renda e nível educacional.
- Fatores sociais: decorre, também, do meio em que a pessoa vive e considera o papel que ela exerce dentro da sociedade e da família, como, por exemplo, mulher, homem, pai, mãe, criança entre outros aspectos;
- Fatores pessoais: considera uma característica mais minuciosa do consumidor como, por exemplo, o executivo, o atleta entre outros, portanto relaciona-se diretamente ao estilo de vida do consumidor;
- Fatores psicológicos: São quatro os subfatores que influenciam diretamente na compra, motivação, percepção, aprendizagem e as crenças e atitudes. Estes subfatores atuam no sentido de satisfazer uma

necessidade psicológica do consumidor, como, por exemplo, a compra de um terno vai refletir num jovem uma posição mais séria e forma, facilitando, com isso, boa impressão em seu ambiente de trabalho.

Reforça Willians (apud AUGUSTINIS, COSTA E BARROS, 2012) que há uma visão otimista de que os consumidores submetidos à educação financeira são transformados em pessoas responsáveis, motivados e competentes no trato com seus recursos financeiros. A concepção é a de que estes indivíduos, ao terem a noção de como trabalhar com questões referentes a crédito, planejamento financeiros, investimentos, orçamento doméstico terão potencialidade de se situar em um mercado livre de forma eficiente.

Não obstante ser uma perspectiva sedutora, com promessas de um bem estar efetivo para o consumidor, esta crença na educação financeira não tem fundamento científico, cujas consequências podem ser sérias para a sociedade. (WILIANS, apud AUGUSTINIS, COSTA E BARROS, 2012).

No entanto, conforme coloca Cohen (2005), o acúmulo de dívidas como nunca imaginado anteriormente, vem sendo entendida como uma questão social que exige uma resposta, uma política pública e privada inclinada a estes problemas.

Conforme este processo se desenvolve, novas possibilidades emergem para que preconizadores de meios sustentáveis de consumo possibilitem a discussão para que, além do discurso do simples “uso consciente do crédito”, avance no sentido de uma posição mais crítica e severa dos padrões contemporâneos de consumo.

Não obstante esta controvérsia, Hilgert, Hogarth e Beverly (apud AUGUSTINIS, COSTA E BARROS, 2012) identificam alguns sinais de que indivíduos com maior nível de conhecimento inclinam a ter uma conduta financeira mais responsável, ou seja, que estas pessoas têm a maior capacidade de efetivar orçamento doméstico, investimentos, poupança e planejamento financeiro para o futuro.

Complementando, Bernheim e Garret (2003) destacam que as principais consequências para políticas públicas inclinadas à educação financeira são relevantes, pois há evidência de que o aumento da poupança dos japoneses posterior à Segunda Guerra Mundial em parte justificada por incisiva campanha de educação financeira.

Neste contexto, o Estado, por meio do Decreto 7397/2010, instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, com o pressuposto de desenvolver as capacidades individuais para um uso racional e produtivo dos recursos financeiros (OLIVEIRA, 2012).

Ao que se alude aos elementos que fazem da educação um tema de crucial relevância na contemporaneidade brasileira, destaca-se: a variedade de produtos disponíveis no mercado financeiro; facilidade de acesso a estes produtos, significativa e crescente responsabilidade individual acerca da segurança financeira do futuro; maior expectativa de vida; popularização e disseminação do crédito e aumento dos riscos relativos às transações eletrônicas. (AUGUSTINIS, COSTA E BARROS, 2012).

Segundo Savoia, Saito e Santana (2007), nos últimos 10 anos, o governo brasileiro estimulou a oferta de crédito no sentido de incentivar o consumo de bens e serviços, conseqüentemente, estimulando à produção, contudo, tais propostas não podem se efetivar sem responsabilidade.

Assim sendo, a empresa de cartões de crédito Mastercard (apud. AUGUSTINIS, COSTA E BARROS, 2012, p. 8) expõe:

Os cartões de crédito, os empréstimos e qualquer outro tipo de crédito são convenientes porque [...] permitem administrar seu dinheiro de forma mais fácil e podem ser especialmente úteis em emergências. O crédito é uma ferramenta poderosa. Mas o crédito também representa uma grande responsabilidade.

Diante da citação supra ao que se refere à administração de recursos financeiros pessoais, a responsabilidade é inerente inclusive em termos de sobrevivência, de modo que a responsabilidade implica a presença da educação e uma educação constante de modo a criar hábitos saudáveis.

É possível compreender que o desenvolvimento de competências financeiras é algo determinante, não somente para a perspectiva individual, mas, igualmente para o desenvolvimento da economia, pois contribui para garantir que os indivíduos poupem o bastante para terem uma renda ideal na aposentadoria ao mesmo tempo em que se evita significativos índices de endividamento, que resultem em falência e execução de dívidas, como também, na elevação de juros, redução de crédito e retração da produção, conseqüentemente, da própria economia.

Neste cenário, empresas privadas do setor financeiro vêm investindo no sentido de viabilizar a educação financeira, aliando-se à proposta do governo,

possibilitando informações relevantes a clientes para o uso racional dos recursos pessoais, viabilizando, igualmente, o planejamento financeiro.

4.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

A palavra planejamento reporta-se à condição de determinar estratégias a serem seguidas no sentido de se buscar um objetivo, assim, a partir desta perspectiva, Nakagawa (2003, p.48) define o planejamento como sendo: “[...] o ato de tomar decisões por antecipação à ocorrência de eventos reais, e isto envolve de uma entre várias alternativas de ações possíveis.” Desta forma, o planejamento financeiro ultrapassa o sentido do controle de despesas, igualmente, implica controle de gastos, definição de metas e sua revisão periódica, determinar espécies de investimentos e a avaliação dos progressos que estão sendo realizados e os prazos relativos. O planejamento financeiro implica uma flexibilidade, alterando conforme os objetivos e expectativas de cada um. (CALIXTO, 2007).

Ainda segundo Calixto (2007), o planejamento financeiro implica além de questões financeiras, considera-se também os aspectos sociais, culturais e psicológicas, bem como conhecimento básico de mercado financeiro, assim, quanto maior foi esse conhecimento, maiores são as possibilidades do sucesso deste planejamento ao longo da vida.

Desta forma Frankenberg (2009, p.31) destaca:

[...] planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazo, e não é tarefa simples atingi-la.

Torralvo, Sousa e Rocha (2012, p. 31) complementam: “O planejamento financeiro pessoal é uma forma racional de organização das finanças pessoais para que os indivíduos atinjam os mais diversos objetivos”.

Portanto, o planejamento financeiro pessoal, em sua essência, é a dinâmica no sentido de organizar as informações importantes para se obter saúde financeira no controle da administração das finanças pessoais, determinando objetivos, fases e prazos, bem como as forma necessárias para assegurar a proteção, estabilidade e equilíbrio do patrimônio pessoal.

Planejamento financeiro representa a organização da vida financeira de modo que o indivíduo possa ter recursos para situações eventuais da vida e, sistematicamente, elaborar sua independência financeira que lhe assegure em sua aposentadoria, uma renda para uma vida com qualidade.

Assim sendo, o planejamento financeiro implica na presença de outras áreas, além do orçamento doméstico e dos investimentos, de modo que quando se refere ao controle de receitas e despesas, as ações nem sempre tenderão a corte de gastos para que se atinjam objetivos; da mesma forma informações acerca de investimentos não devem tender-se somente na busca da maximização do retorno, uma vez que, os maiores ganhos estão associados de forma invariável a maiores riscos, de modo que nem sempre o indivíduo tem disposição, ou capacidade financeira para essa incerteza.

4.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO: DIFICULDADES PARA SEU DESENVOLVIMENTO

Manter o controle sobre as finanças deveria ser um hábito comum entre os brasileiros. Educar-se no sentido de saber trabalhar com o dinheiro é determinante na atualidade, principalmente, ao que se alude no sentido de planejamento do futuro, assegurando uma condição agradável, sustentável e com qualidade.

Assim, pensar no futuro financeiro implica planejá-lo a partir de dinâmicas racionais e conscientes no presente.

O termo “planejamento” implica traçar ações para se conseguir um objetivo no devir, a curto, médio ou longo prazo, portanto, o planejamento leva em deferência a elaboração de estratégias específicas para se chegar a um determinado lugar. Diante disso, reforçando as definições expostas anteriormente, o planejamento financeiro é uma ação que atua na formalização de metodologias pelo qual as metas financeiras devem ser atingidas. (ROSS, WESTERFIELD E JAFTE, 2005).

Toda ação definida no planejamento deve estar em harmonia com os anseios e desejos do indivíduo.

Contudo, muitas vezes o indivíduo por si só não tem o conhecimento suficiente, nem tampouco a habilidade necessária para traçar estas metas, muito embora seja a sua vontade, necessitando para isso a participação de um planejador financeiro pessoal.

Segundo Torralvo, Sousa e Rocha (2012) muitos são os fatores que ensejam que as famílias não recorram a um planejador financeiro na organização de suas finanças, um deles é o fato de que desconhecem a existência destes profissionais.

Outro fator mencionado pelos autores é a estabilidade econômica. A partir do advento do Plano Real, a elaboração do planejamento financeiro passou a ser uma possibilidade factível, contudo, muitos preterem esta condição por crer que a estabilidade econômica dispensa a necessidade de planejamento futuro, crendo em uma realidade estável perpétua. É necessário destacar que o Brasil é um país de economia vulnerável e oscilante, qualquer imprevisto econômico tende a comprometer as finanças das famílias.

O custo envolvido para a contratação de profissional é uma das motivações que afasta o planejamento financeiro das famílias, segundo a colocação de Torralvo, Sousa e Rocha (2012) os serviços especializados, cujo atendimento é personalizado, envolvem um custo mais elevado, no entanto, esta singularidade permite a elaboração de um cronograma de trabalho que busque satisfazer de forma objetiva as principais necessidades do cliente.

O conforto da situação financeira é outro motivo que afeta o planejamento financeira das famílias, mencionam os autores supra, porém destacam que esta condição, outrossim, exige um planejamento financeiro, pois uma situação financeira estável representa uma maior capacidade de poupança, de modo que quando aplicado racionalmente, favorece o atingimento dos objetivos de forma mais rápida.

Por fim, Torralvo, Sousa e Rocha (2012), destacam como fator negativo para a não efetivação do planejamento financeiro o desconforto em levar em consideração eventos desagradáveis, muitos indivíduos não consideram esta possibilidade, como interrupção de renda, doenças em família, morte, dentre outras possibilidades.

5 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: ASPECTOS DO INVESTIMENTO

Planejar financeiramente o futuro é, em sua essência, planejar uma vida tranquila confortável, com qualidade e sem restrição financeira, isso envolve a construção de um patrimônio, sem dívidas, uso racional dos recursos financeiros e investimentos confiáveis.

Os investimentos são aplicações de recursos a curto, médio ou longo prazo que proporcionam retorno financeiro em forma de juros e correções monetárias para o investidor. (MACEDO JÚNIOR, 2007)

Gitman (apud. SIMAS e LANA, 2012, p. 4) conceituam investimentos como:

[...] aplicação de recursos seja em dinheiro ou a títulos de crédito, sendo capaz de trazer um retorno futuro maior do que o esperado e aplicado inicialmente, acrescido por rendimentos financeiros gerados pelo período em que os recursos se mantiveram aplicados, fazendo que o investimento seja compensando pelo tempo em que estes valores estiveram paralisados e impossibilitados de realizar outras transações.

Segundo colocação de Calixto (2007), o risco do investimento é proporcional à dimensão do retorno, assim, quando maior o retorno, maior é o risco do investimento e vice e versa, podendo ser de liquidez imediata, resgate imediato, ou com determinado prazo. A maior parte dos investimentos são tributados, contudo, determinadas aplicações são dotadas de incentivos fiscais.

Diante destas singularidades comuns aos investimentos, percebe-se que o perfil do investidor é relevante para se considerar o investimento a ser adotado. Os investimentos devem ser algo planejado, a fim de que ele possa atender aos objetivos pretendidos, de modo que aspectos como segurança inerente a eles é fundamental, principalmente quando se trata de investidores conservadores.

Segundo Calixto (2007), aplicar em investimento é uma questão de optar entre duas ou mais possibilidades, contudo para que isso seja feito com eficiência vai depender do conhecimento em investimento e das expectativas futuras.

De acordo com Frankenberg (2009), a realização de investimentos que sejam eficientes é uma dinâmica complexa, principalmente se o investidor não tiver o conhecimento acerca deles e de mercado atual e futuro, uma vez que conforme cada situação e valores envolvidos o indivíduo deixa de ganhar ou perde recursos.

Salienta também Alfest (2004), que a definição dos objetivos é relevante para se direcionar os investimentos, mais especificamente, decidir se todos os recursos disponíveis serão investidos, uma vez que sem essa definição os investimentos podem ser efetivados sem serem necessários, conseqüentemente, causando prejuízo à integridade financeira familiar.

Simas e Lama (2012, p. 5) comentam:

O sucesso financeiro está no gerenciamento correto das finanças pessoais, aquele que consegue organizar e planejar com eficiência a vida financeira também é capaz de realizar reservas significativas fornecendo uma seguridade no momento de necessidade e sustentabilidade financeira em longo prazo. Este mesmo indivíduo também tem a competência e toda a instrução necessária de procurar bons investimentos sem precisar procurar endividamento para conquistar aquilo que deseja.

Contudo conforme colocação de Torralvo, Sousa e Rocha (2012), o universo dos investimentos é algo complexo, não obstante as tentativas de racionalização, a ocorrência de crises no mercado financeiro são frequentes e elimina todas as possibilidades de projeções e previsões realizadas previamente.

De acordo com Günther (2008, p. 34):

[...] o objetivo de investir vai além do que puramente manter o patrimônio, mas significa multiplicá-lo. Controlar as receitas e as despesas, fazer sobrar possibilita que a pessoa realize investimentos aptos de render juros e lucros.

Ressaltam Torralvo, Sousa e Rocha (2012) que um fundo específico de investimento pode ter a filosofia de investimento sólida, mas pode ser executada por uma empresa de gestão fraca, ou a condição pode ser oposta, a gestora ser sólida e o fundo de investimento fraco, porém, administrá-los a ponto de fazer deste um retorno eficiente, cabe a forma de estratégia utilizada.

Segundo a Associação Nacional dos Bancos de Investimentos – ANBIMA – os fundos de investimentos visam à obtenção de ganhos a partir da aquisição de uma carteira de títulos ou valores mobiliários, é por intermédio destes fundos que os investidores têm o acesso a condições aprimoradas de mercado, custos reduzidos e com a gestão de um profissional que coloca os investidores, pequenos e grandes, no mesmo patamar.

Leal e Nascimento (2012), com os fundos de investimento o investidor tem a capacidade de diversificar seus investimentos, reduzindo os riscos e potencializando o retorno, dentre os fundos de investimento menciona-se o de renda

fixa e os fundos de ações, dentre outros, estando disponíveis pelas instituições financeiras, cabe ao investido comparar os fundos ofertados pelos bancos.

Esclarece Torralvo, Sousa e Rocha (2012) que o profissional de planejamento financeiro contribui para a interpretação das estatísticas de avaliação dos fundos, identificando não somente os gestores que proporcionaram maior rentabilidade, mas, igualmente, os que conseguiram as melhores relações entre risco e retorno. A interpretação eficiente acerca das informações sobre o mercado de fundos de investimento é um elemento relevante para que o investidor atinja seus objetivos financeiros, sendo o planejador financeiro competente para esta tarefa caso o investidor não tenha habilidades para essa análise.

Outra vertente de suma importância em que o planejador financeiro se faz necessário é na gestão de riscos, sendo este o processo de tomada de decisões acerca das incertezas relativas ao mercado financeiro, esta condição implica uma série de variáveis como a definição do contexto do risco, levando em conta, aspectos cultura, políticos, legais, financeiros e do próprio ambiente; posteriormente sendo seguida pela identificação dos riscos em que se elabora uma lista de riscos e suas possíveis consequências, dos quais são analisados, a fim de se elaborar decisões a serem utilizados em seu tratamento, objetivando identificar meios de modificá-los. (TORRALVO, SOUSA E ROCHA, 2012).

Ainda mencionam os autores que todos os investimentos implicam algum risco e estes são proporcionais na mesma medida, ou seja, investimentos de risco baixo o retorno também é baixo; investimentos de retorno alto, risco alto, desta forma, desta forma, o investidor deve traçar as estratégias conforme informações do mercado; assim, a capacidade de risco é definida a partir da disponibilidade de recursos do indivíduo que podem ser expostos ao risco sem afetar significativamente sua integridade financeira.

Crane (apud LEAL E NASCIMENTO, 2012) bem observa que uma parcela relevante do investimento é acompanhar espécie de mercado, reavaliando sempre o investimento, desvelando o momento ideal para a tomada de decisão para se investir. Na realização de todo investimento é crucial a informação acerca da condição econômica passada e atual. Outro ponto importante é a distribuição dos investimentos, uma vez que a diversificação permite uma forma de reduzir os riscos.

Segundo o Cerbasi (apud. GÜNTHER, 2008, p.2 9):

É fundamental reconhecer que a renda não serve exclusivamente para pagar as contas do mês. Se prevemos que a carreira profissional irá encerrar-se antes do final da vida, devemos levar em consideração que a renda mensal é a garantia de sobrevivência a cada mês, e também durante aquele período em que deixaremos de trabalhar, ou seja, a aposentadoria. Por isso, o caminho para garantir a manutenção do padrão de vida é gastar menos do que ganhamos e investir com qualidade as sobras, aplicando em um investimento que conheça bem, como fundos de renda fixa e de ações, imóveis e alternativas não-financeiras, ou mesmo em planos de previdência.

É importante destacar que há muitas formas de investimento disponíveis no mercado, conforme mencionado na citação supra, cabe investidor traçar as formas que mais se adequam ao seu perfil e suas potencialidades.

5.1 OPÇÕES DE INVESTIMENTOS PARA PESSOAS FÍSICAS

O processo de assessoria de investimentos envolve considerações do atual cenário econômico, projeções para o futuro e uma alocação dos recursos que atenda os objetivos e necessidades do investidor, respeitando suas restrições.

O investidor deverá monitorar periodicamente o andamento da carteira de investimentos e eventualmente rever suas recomendações em casos de mudanças do cenário econômico ou da sua situação pessoal ou familiar.

O mercado financeiro brasileiro possui inúmeras opções de investimentos que atendem todos os perfis e necessidades do investidor. Os produtos de investimentos possuem indexadores que balizam os resultados e os classificam com relação ao risco de cada ativo.

A ANBIMA classifica os produtos de investimentos em duas classes de ativos: Renda Fixa e Renda Variável.

5.1.1 RENDA FIXA

Títulos de renda fixa são compostos por uma classe de ativos em que é possível dimensionar no momento da aplicação a remuneração ou retorno do capital investido, bem como o prazo do investimento.

O rendimento pode ter sua remuneração de forma prefixada ou pós-fixada.

Os principais produtos de renda fixa são:

- Poupança;
- CDBs
- Títulos públicos
- Debêntures
- Fundos de investimentos

5.1.2 POUPANÇA

Em relação à caderneta de poupança, trata-se de um investimento consuetudinário na realidade brasileira, comum entre os investidores de menor renda.

Inerentes a todos os bancos, tem como aspecto singular a facilidade de aplicação, não exigindo nenhum critério específico em termos de valores e pessoas, podendo ser aplicados até por menores de idade; de liquidez imediata, a caderneta de poupança não incide tributos, de baixo risco, tem a desvantagem oferecer baixa rentabilidade, trata-se de um investimento conservador. (CERBASI, 2005)

ASSAF (2012) Considera a poupança como o investimento mais popular do mercado financeiro brasileiro.

5.1.3 CERTIFICADO/RECIBO DE DEPÓSITO BANCÁRIO – CDBs

Os CDBs e RDBs são títulos emitidos pelos bancos comerciais/múltiplos e bancos de investimentos destinados a lastrear operações de financiamento de capital de giro. ASSAF (2012).

A rentabilidade pode ser pós-fixada, pré-fixada e flutuante.

No CDB pré-fixado o investidor sabe no ato da aplicação qual será a rentabilidade que a aplicação trará.

No CDB pós-fixado o investidor não saberá exatamente qual a rentabilidade da aplicação. A rentabilidade é atrelada em uma taxa de referencia, normalmente o

CDI (certificado de depósito interbancário) que está sempre próximo a taxa básica de juros SELIC.

A rentabilidade desse título sempre será próxima a SELIC, porém, os bancos podem trabalhar com um percentual de remuneração do CDI que pode variar. Ou seja, a remuneração ofertada pela instituição nesse título pode ser X% do CDI.

O CDB com rentabilidade flutuante a rentabilidade varia de acordo com a variação de um índice que pode ser inflação (principalmente o IPCA) e uma taxa de juros prefixada, por exemplo IPCA mais 5% ao ano ou também pode estar indexado ao CDI.

Como os CDBs são títulos emitidos pelas instituições financeiras, o maior risco dessa aplicação se concentra na possibilidade de falência dessas instituições.

Não são investimentos que possuem alta volatilidade, ou seja, o risco de perda de capital pelas oscilações do mercado financeiro ou desvalorização do título são baixos.

Também são aplicações recomendadas para investidor de perfil conservador.

5.1.4 TITULOS PUBLICOS

Assim como os bancos emitem títulos para captar recursos para lastrear suas operações os governos federal, estadual e municipal também o fazem para suprir suas necessidades de custeio e investimentos em saúde, educação e diversas outras áreas.

“Os títulos públicos são emitidos e garantidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal e tem por finalidade financiar a dívida pública, antecipar receitas ou serem utilizados como instrumento de política monetária”. (Assaf, 2012, p. 64)

Dessa forma, títulos públicos são considerados de baixíssimo risco pelo mercado financeiro. O investidor pode diversificar seus investimentos, obtendo variadas rentabilidades, como pós-fixadas (pela taxa básica da economia), prefixadas e indexadas a índices de preços.

Os títulos públicos são negociados pelo Banco Central (BACEN) através do Tesouro direto, que é um programa de venda de títulos por via eletrônica. Nessa

modalidade a compra dos títulos é feita diretamente, não ocorrendo em custos de intermediação.

“O investidor pode vender seus títulos adquiridos a qualquer momento de prazo de emissão. Assim, se mantiver os títulos até o vencimento, auferirá um retorno exatamente igual a rentabilidade (antes dos impostos) definida no momento da aplicação. Ao desejar negociar antecipadamente o título, se sujeitará aos preços de mercado vigentes na data da venda, podendo o retorno superar ou ficar abaixo da taxa contratada.” (ASSAF,2012, p. 65).

5.1.5 DEBENTURES

Debêntures são títulos emitidos por companhias de capital aberto para financiamento de projetos de investimentos.

Constitui-se em essência num instrumento no qual o tomador de recursos (emissor do título) promete pagar ao aplicador (debeturista) o capital investido, acrescido de juros, em determinada data previamente acertada. (ASSAF,2012, p. 83).

5.1.6 FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA

Os fundos de investimentos de Renda Fixa seguem dois critérios de classificação:

- Quanto ao tipo de emissor: público ou privado
- Quanto a rentabilidade do título: pré-fixado ou pós-fixado.

Os títulos com rentabilidade pré-fixada são aqueles que apresentam ao investidor a rentabilidade antes do vencimento. A Taxa de retorno da aplicação é acertada no momento da aplicação.

São favorecidos em ambientes com inflação baixa, controlada e com taxa de juros básica em queda.

Os títulos com rentabilidade pós-fixada a rentabilidade segue um indexador que pode variar com as oscilações da taxa de juros, ou seja, a rentabilidade, o retorno da aplicação só é apresentada ao investidor no vencimento do título.

São favorecidos quando a taxa de juros está em elevação e a inflação sob controle.

De acordo com a CVM os fundos de Renda Fixa devem possuir, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados diretamente ou sintetizados por derivativos à variação da taxa de juros doméstica ou de índice de inflação, ou ambos.

5.1.7 RENDA FIXA – ÍNDICES

Comumente conhecidos como fundos de inflação, esses produtos são os chamados fundos de renda fixa índices, a partir da classificação da Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Fundos que buscam seguir ou superar indicadores de desempenho (benchmarks) que reflitam os movimentos de preços dos títulos de renda fixa, tais como o IMA Geral e seus subíndices apurados pela ANBIMA (inclusive o IMA-S), através de investimentos em ativos de renda fixa (ou títulos sintetizados através do uso de derivativos), admitindo-se estratégias que impliquem risco de juros e de índice de preços do mercado doméstico. Excluem-se estratégias que impliquem exposição de moeda estrangeira ou de renda variável (ações etc.). É vedada a utilização do CDI ou Selic como indicador de desempenho. Admitem alavancagem. ANBIMA

São instrumentos financeiros que buscam superar os seus indicadores de desempenho, conhecidos como "benchmarks", entre eles, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), aquele que serve como medidor da inflação.

Muitos desses fundos alocam grande parte dos recursos nas Notas do Tesouro Nacional (NTN-B Principal), que pagam o desempenho da inflação no período de vencimento do título a juros.

6 RENDA VARIÁVEL

Os produtos de renda variável são classificados pela ANBIMA cujos os rendimentos não são previamente determinados, dependem de fatores conjunturais, futuros.

Podem oferecer ao investidor um potencial de ganho maior, porém, o risco de perda de capital é proporcional ao ganho.

O exemplo mais comum desta classe é a ação. O investidor adquire ações de empresas listadas na bolsa, as chamadas de Capital Aberto. Dessa forma o acionista passa a ter participação na empresa na proporção de ações que adquirir.

7 CLASSIFICAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO DE ACORDO COM A ANBIMA: FATORES DE RISCO INERENTES A CADA CLASSE DE FUNDOS

Tabela 1

TIPO	ATIVO FINANCEIRO (A.F.)	RISCO DE MERCADO	RISCO DE CRÉDITO	RISCO DE LIQUIDEZ
CURTO PRAZO	Títulos públicos federais e ativos financeiros com baixo risco de crédito	Risco limitado devido ao curto prazo da carteira	Risco limitado, dado que há somente títulos públicos	Risco limitado, dado que há somente títulos públicos
REFERENCIADO	Em A.F. indexado ao índice de referência Em A.F. com baixo risco de crédito	Risco de descolamento com relação ao CDI	Como pelo menos 80% dos títulos são federais ou de baixo risco, este risco é minimizado	Com grande parte da carteira em títulos federais esse risco é minimizado
RENDA FIXA	Em A.F. indexados a Taxa de Juros Doméstica e/ou índice de preços	Risco de oscilação da taxa de juros prefixada ou do cupom dos títulos atrelados a inflação	Risco maior nos fundos que não tem limite de aplicação em títulos privados	Risco maior nos fundos que não tem limite de aplicação em títulos privados
CAMBIAL	Em A.F. indexados a variação cambial	Risco de oscilação da taxa cambial e do cupom cambial	Estes fundos são normalmente formados por títulos públicos, o que minimiza o risco de crédito	Pode haver maior risco de liquidez
AÇÕES	Em ações	Risco pela oscilações do mercado acionário	Não há	Pode ser relevante em fundos que aplicam em small caps (ações de pequenas empresas)
MULTIMERCADO	Pode aplicar em vários ativos financeiros Podem aplicar no máximo 20% em A.F. emitidos no exterior	São vários os riscos de mercado que podem ser assumidos por este fundo: prefixado, cambial, inflação, ações etc	Pode ser um importante fator de risco	Pode ser relevante.
DÍVIDA EXTERNA	Em títulos da dívida externa emitidas pela União	Risco de oscilação do preço dos títulos da dívida externa brasileira	Dado pelo Risco País que traduz a probabilidade de não pagamento da dívida externa	Risco limitado, pois os títulos da dívida externa brasileira são bastante negociados no exterior

Fonte ANBIMA

8 IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO INVESTIDOR

De acordo com a AMBIMA, a recomendação de uma carteira de investimentos deve considerar preponderantemente o perfil do investidor.

Os administradores de fundos de investimentos desenvolveram a Análise do Perfil de Investimentos, que é um questionário submetido ao investidos para avaliar seu perfil e assim identificar quais investimentos são mais adequados e em que proporção total de investimentos.

O perfil do cliente é classificado pelas instituições em: conservador; moderado; arrojado e agressivo.

Os fatores que determinam o perfil do investidor são: idade; objetivo do investimento; horizonte do investimento; tolerância ao risco.

Uma vez identificado o perfil do cliente pode-se então montar uma carteira de investimentos que atenda suas características e necessidades.

9 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho foi o da pesquisa bibliográfica, em que se utilizou autores que tratam do assunto, possibilitando uma análise mais profunda sobre o tema.

Com relação aos objetivos da pesquisa é caracterizada como qualitativa de natureza descritiva com dados secundários, onde após o levantamento e análise dos dados interpretou-se no universo de uma carteira de clientes qual o perfil destes e quais produtos de investimentos compõem a carteira.

O objetivo da pesquisa é identificar o perfil de investidor do mercado financeiro e quais as classes de ativos são mais recomendadas para montar uma carteira de investimentos respeitando o perfil.

10 ANÁLISE DOS DADOS

Para identificar o perfil dos clientes que investem no mercado financeiro as instituições submentem o investidor a um questionário de Análise do Perfil de Investimentos (API).

A ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) prevê que todas as instituições que oferecem fundos de investimento devem adotar procedimentos que verifiquem a adequação dos fundos ao perfil de seus investidores.

O API contém aproximadamente cinco questões que abordam o conhecimento que o investidor tem sobre o mercado financeiro, o objetivo para o desempenho da sua carteira, a visão risco e retorno, reação imediata face a inversão de cenário econômico e parcela do investimento que pode precisar de resgate imediato.

Os perfis identificados com o questionário API são:

Perfil Conservador: É caracterizado por uma baixa tolerância a risco. Não há disposição para perda de patrimônio em praticamente nenhum momento. A expectativa é de que a rentabilidade mantenha-se muito próxima às taxas nominais de juros correntes.

Perfil Moderado: É caracterizado por alguma tolerância a risco, admitindo perdas temporárias de patrimônio em situações pouco usuais. Expectativa de rentabilidade é ligeiramente superior às alternativas tradicionais de investimentos.

Perfil Arrojado: É caracterizado por ter considerável tolerância a risco, aceitando como normais as oscilações de curto prazo e médio prazo no resultado total dos investimentos. Há expectativa de rentabilidade, com crescimento razoável de capital.

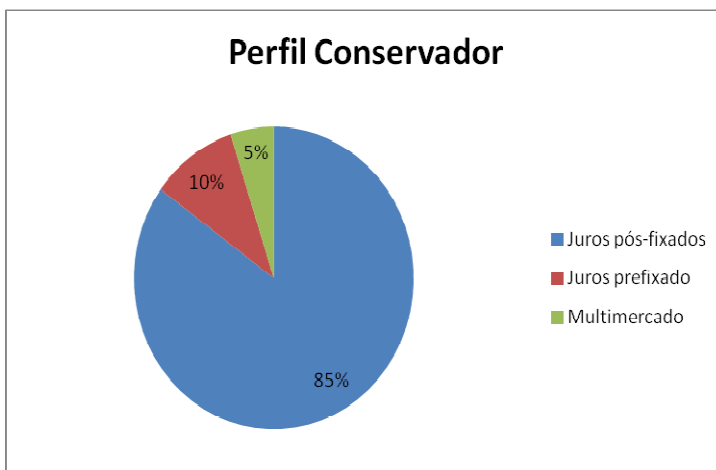
Perfil Agressivo: É caracterizado por ter alta tolerância a risco, entendendo que os ganhos e perdas fazem parte de investimentos que buscam maiores retornos no longo prazo. Há expectativa de rentabilidade, com alto crescimento de capital.

11 RECOMENDAÇÃO DE CLASSE DE ATIVOS DE ACORDO COM PERFIL IDENTIFICADO.

O banco Itaú-Unibanco SA, considera que para cada perfil há um percentual de cada classe de ativo recomendado.

O cliente identificado com perfil conservador terá como recomendação preponderante ativos de renda pós-fixada, 85%. Exemplo: Poupança, CDB, Títulos Públicos. É limitada a recomendação em títulos de renda pós-fixada, prefixada 10% e multimercado com o menor percentual, 5%.

GRÁFICO 1



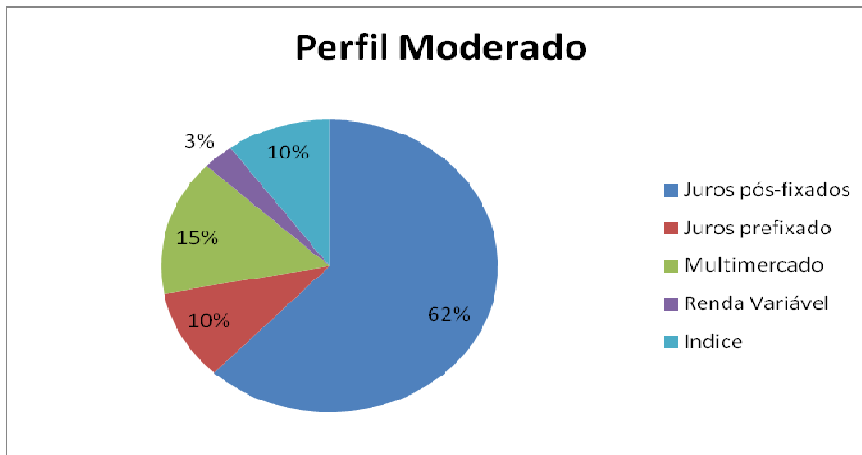
FONTE ITAÚ-UNIBANCO S/A

O cliente com perfil moderado pode manter sua carteira de investimentos mais diversificada por possuir alguma tolerância a risco, porém, o maior percentual, 62% da carteira, também é recomendado para ativos de renda pós-fixada.

Esse perfil admite recomendação de todas as classes de ativos, porém em pequena percentagem.

Os produtos recomendados são: Poupança, CDB; Títulos Públicos, Fundos de renda fixa prefixada (10%), fundos multimercados (15%), fundos de ações ou compra direta de ações (3%) e fundos de índices (10%).

GRÁFICO 2

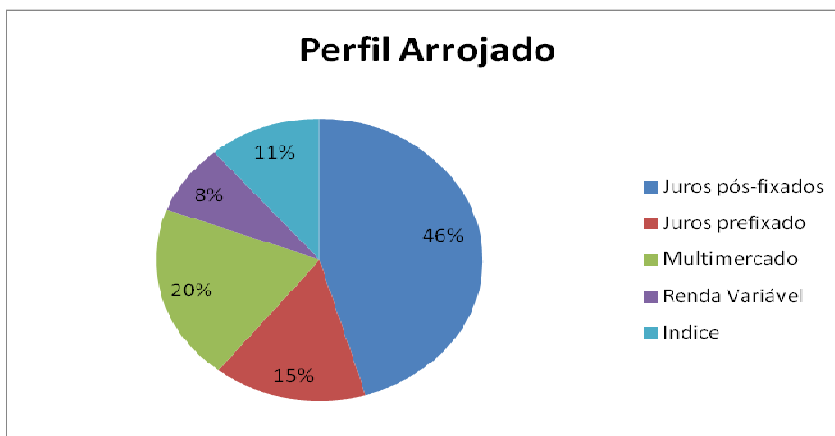


FONTE ITAÚ-UNIBANCO S/A

O investidor de perfil arrojado possui considerável tolerância a risco, aceitando como normais as oscilações de curto prazo e médio prazo no resultado total dos investimentos.

O percentual de produtos com renda pós-fixada pode ser limitado a 46%, permitindo dessa forma uma maior diversificação com relação ao percentual das outras classes de ativos.

GRÁFICO 3



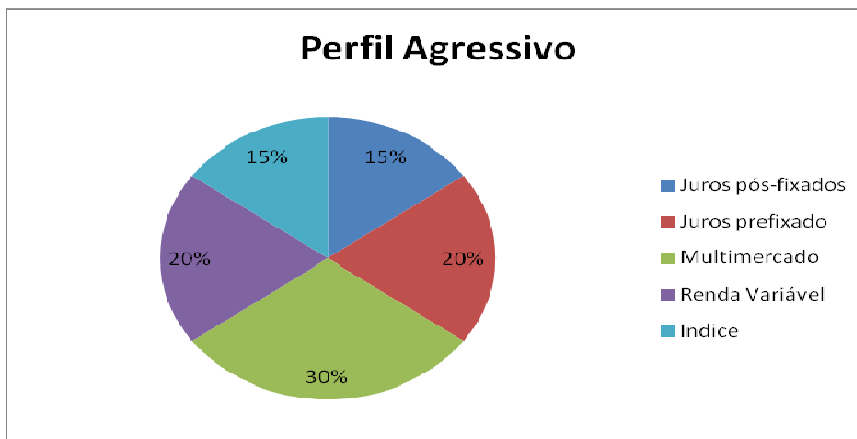
FONTE ITAÚ-UNIBANCO S/A

O investidor de perfil agressivo possui alta tolerância a risco e buscam maiores retornos no longo prazo.

Permite que a maior parte da sua carteira possua classes de ativos de médio a alto risco.

Esse fator se caracteriza em função de a alocação em renda variável estar recomendada em 20% e em multimercado estar recomendada em 30%. A menor composição está recomendada nos ativos de renda fixa pré e pós-fixada.

GRÁFICO 4



FONTE ITAÚ-UNIBANCO S/A

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das informações acerca desse trabalho evidencia que o início de um planejamento financeiro e da gestão de investimentos implica na organização das finanças pessoais.

Tanto no âmbito pessoal quanto familiar é necessário que haja disciplina, na gestão dos recursos destinados à sobrevivência cotidiana, pois é por meio desta gestão é que se pode determinar padrão e qualidade de vida.

Observou-se também que muitas vezes o indivíduo por si só não tem o conhecimento suficiente ou a habilidade necessária para traçar esta gestão, muito embora seja a sua vontade.

Nestes casos o indivíduo deve recorrer à educação financeira e desta forma alcançar motivação e competência para o uso correto dos seus recursos financeiros. A concepção é a de que estes indivíduos, ao terem a noção de como trabalhar com questões referentes ao planejamento financeiro terão competência para realizar suas reservas e terá instrução para identificar bons investimentos.

Concluiu-se também que antes de realizar qualquer investimento é primordial que seja levantado o perfil de risco do investidor através do questionário de Análise de Perfil do Investidor (API). É a partir dele que será mapeado o perfil do investidor com relação a tolerância a risco e qual a composição de carteira de investimento mais adequada a esse perfil.

É através do API e da recomendação adequada que situações contrárias aos objetivos do investidor podem ser evitadas.

São quatro os perfis identificados através desse questionário: Conservador, moderado, arrojado e agressivo.

Cada perfil tem tolerância a uma classe de ativos, muitas vezes essa tolerância é indicada em termos percentuais com relação ao total investido. Portanto, as relações estabelecidas entre perfil do cliente e a tolerância a risco vinculam-se diretamente a uma classe de ativos escolhida para compor sua carteira.

REFERÊNCIAS

ALFEST, L. **Personal Financial Planning: origins, development and a plan for future direction**. American Economist. Vol. 48, n.2, p. 53, 2004. Disponível em;< www.jstor.org/stable/25604301// Acesso em: 30 abr. 2014.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 6.ed. – São Paulo: Atlas, 2005.

AUGUSTINIS, Viviane Franco; COSTA, Alessandra de Sá Melo; BARROS, Denise Franca, **Uma análise crítica do discurso da educação financeira para além capital**. 2012. Disponível em:< www.spell.org.br/documentos/download/9593// Acesso em: 29 mai. 2014.

BERNHEIM, Daniel et. al. **Educação financeira**. São Paulo: Melhoramentos, 2007.

BLACK JR, K.; CICCOTELLO, C.; SKIPPER JR, H. **Issues in Comprehensive Personal Financial Planning**. **Financial Services Review**. Vol.11, n.1, p.1, 2002. Disponível em:< www.questia.com > ... > Financial Services Review // Acesso em: 20 abr. 2014.

CALIXTO, Marisley, **Finanças pessoais: estudo de caso de um planejamento financeiro para a aposentadoria**. 2007. Disponível em:< tcc.bu.ufsc.br/Contabeis292625// Acesso em: 23 abr. 2014.

CERBASI, Gustavo P. **Dinheiro - os segredos de quem tem: como conquistar e manter sua independência financeira**. São Paulo: Gente, 2005.

COHEN, M. J. **Sustainable consumption American style: nutricion education, active living, and financial literacy**. In: Workshop Sustainable Consumption: the contribution of research, 2005, Oslo. Disponível em: < [www.ingentaconnect.com/content/.../art00005?...>](http://www.ingentaconnect.com/content/.../art00005?...) Acesso em: 29 mai. 2014.

FOULKES, S.M.; GRACI, S. P. **Guidelines for Personal Financial Planning. Business**. Vol. 33,n.2; p.. 32, 2009. Disponível em:< www.aicpa.org/.../personalfinancialplanning/.../pfpe...// Acesso em: 20 abr. 2014.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro, você é o maior responsável: como planejar suas finanças pessoais para toda a vida**. 14 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

GÜNTHER, Mariléia, **Planejamento das finanças pessoais: Benefícios e influências na qualidade de vida**. 2008. Disponível em:< www.unidavi.edu.br/?pagina=FILE&id=42407> Acesso em: 20 abr. 2014.

HALFED, M. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2006.

KLÉIN, Alícia. **Planejador financeiro: era pós confiança**. 2010. Disponível em: <http://www.ibcpcf.org.br/downloads/artigos/FPSBPositionPaper_Eraposconfianca.pdf> Acesso em: 20 mai. 2014

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAUX, Guilherme. **Mercado de crédito no Brasil: características e respostas a Choques**. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1815/GuilhermeLaux2006.pdf?sequence=3>> Acesso em: 03 mar. 2014.

LEAL, Cícero Aparecido; NASCIMENTO, José Antônio, **Planejamento Financeiro Pessoal**. 2012. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/2500872b247e4e1b03256d03006017c9/d78d9b15634fb4d383257669004e9889/\\$FILE/ARTIGO%20CIENCIA%20CIENT%20C3%8DFICO.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/2500872b247e4e1b03256d03006017c9/d78d9b15634fb4d383257669004e9889/$FILE/ARTIGO%20CIENCIA%20CIENT%20C3%8DFICO.pdf)> Acesso em: 29 mai. 2014.

LUCCI, C. et al. **A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimentos dos indivíduos**. 2006. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/.../266.pdf> Acesso em: 29 mai. 2014.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução a controladoria: conceitos, sistem implementação**. São Paulo: Atlas, 2003.

PAIXÃO, Antenor. **Marketing**. São Paulo: Perspectiva: São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Marcus Vinicius De Souza Silva, A corrente do bem da educação financeira: o cidadão está aprendendo o que o Banco Central está ensinando? **2012**. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2012/EPQ/Tema%2006/2012_EPQ889.pdf> Acesso em: 29 mai. 2014.

PEREZ, Rubens Antônio. **O que faz um orçamento familiar ser bem sucedido**. 2009. Disponível em: < www.artigonal.com > Finanças > Finanças Pessoais.> Acesso em: 19 abr. 2014.

ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph W; JAFFE, Jeffrey F. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2005.

SAFATLE, Cláudia. **Crédito pós-crise foi para consumo**. 2011. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/2/17/credito-pos-cri-se-foi-para-consumo>> Acesso em: 03 mar. 2014.

SAITO, André Taue; SAVOIA, José Roberto Ferreira; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. 2007. Disponível em < www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000600006&script...// Acesso em 30 abr. 2014.

SAITO, André Taue, **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação financeira**. São Paulo: Ática, 2008.

SARMA, M.; PAIS, J. **Financial inclusion and development**. Journal of International Development, v.23, n.5, p. 613-628, 2010. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jid.v23.4/issuetoc//> Acesso em: 28 mai. 2014.

SAVOIA, José Roberto Ferreira. SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia Angelis, **Paradigma da Educação Financeira da Educação Financeira no Brasil**. Revista de Administração Pública v. 41, n.6, p.1121-41, 2007. Disponível em:< www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000600006&script...// Acesso em: 29 mai. 2014.

SILVA, F. da. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2002.

SIMAS, Suzete Antonieta; LANA, Jeferson, **Finanças Pessoais: um Estudo Envolvendo os Alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina**. 2012. Disponível em:< <http://www.aedb.br/seget/artigos12/10216156.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2014.

TORRALVO, Caio Fragata; SOUSA, Almir Ferreira de; ROCHA,. Ricardo Humberto. **Planejamento financeiro pessoal e gestão de patrimônio**. São Paulo: Ática, 2012.

TORRES, Carlos André. **Curso de Administração**. São Paulo: Ática, 2006.

YVES, B. **Dicionário internacional de economia e finanças: português, francês, inglês, alemão, espanhol**. Tradução, Flávia Rossler, revisão técnica e adaptação, Lavínia Barros de Castro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

WISNIEWSKI, Marina Luiza Gaspar. **A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro**. Revista Intersaberes. Curitiba, a.6, n.12, p. 155-172. Disponível em:< www.grupouninter.com.br/intersaberes/index.php/revista/article/.../32// Acesso em: 29 mai. 2014.

AMBINA. Classificação dos fundos de investimentos. Disponível em: <http://portal.ambima.com.br/fundos-de-investimento/classificacao-de-fundos/classificacao-ambima-de-fundos/Pages/classificacao.aspx//> Acesso em 20/07/2014 às 23:45

CVM. Produtos de investimentos. Disponível em: <http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/defaultCPublica.asp//> Acesso em 20/07/2014 às 00:10.

ITAU . Perfil do investidor. Disponível em:
http://www.itauinvestnet.com.br/itauinvestnet/fundos/como_aplicar/aprenda_investir.aspx. Acesso em 23/07/2014 às 20:30

MOMENTO AGENTE AUTONOMO DE INVESTIMENTO. Análise do Perfil do Investidor.
http://momentoinvest.com.br/download/form_pj_analise/Questionario_API_momento_investimentos.pdf// Acesso em 24/07/2014 às 21:25.

ANEXOS

Questionário - PERFIL DO INVESTIDOR

Nome do Investidor: _____

CPF: _____

Disponho-me a responder o questionário sobre perfil de investimento para a adequação da alocação dos meus investimentos considerando exclusivamente a parcela aplicada em fundos distribuídos pela Momento Agente Autônomo de Investimentos:

() sim *1 () não *2

Dados Gerais

1. Como você classificaria seu conhecimento sobre aplicações:

Alto (A), Médio (M), Baixo (B) ou Nenhum (N).

	A	M	B	N
Fundos de Renda Fixa	()	()	()	()
Fundos Multimercados	()	()	()	()
Fundos de Ações	()	()	()	()
Fundos de Crédito	()	()	()	()

2. Com que frequência você se informa sobre o mercado financeiro?

- () Não me informo
 () Apenas eventos importantes
 () Acompanho frequentemente o que está acontecendo no mercado financeiro

Horizonte de Tempo

3. Qual sua faixa etária?

- () abaixo de 30 anos () de 31 a 40 anos
 () de 41 a 55 anos () de 56 a 65 anos
 () acima de 65 anos

4.

A) Existe necessidade de uso do rendimento gerado pelo capital investido? Com qual frequência?

- () não () sim
 () mensalmente () 6 meses
 () 12 meses () acima de 12 meses

B) Existe a necessidade de retiradas parciais do capital investido (a parcela de ___%)? Com qual frequência?

- () não () sim
 () mensalmente () até 2 anos
 () até 3 anos () acima de 3 anos

C) Caso dependa apenas dos seus investimentos quanto tempo esses recursos suprem suas necessidades?

- () 3 meses
 () 6 meses
 () 1 ano
 () Acima de 1 ano

5. Por quanto tempo pretende manter o investimento aplicado?

- () até 1 ano () até 3 anos
 () até 5 anos () acima de 5 anos

Tolerância ao Risco

6. Considerando o total de seus investimentos financeiros qual é o percentual aproximado que será ou está investido através da Momento AAI?

- () até 25% () de 25% a 50%
 () de 50% a 75% () acima de 75%

7. Escolha a opção abaixo que mais retrata sua característica em relação a situações de risco.

() Eu ficaria mais preocupado em estar na Bolsa de Valores enquanto ela está caindo, que perder a oportunidade de estar na Bolsa enquanto ela estiver subindo.

() Eu ficaria mais desapontado em perder a oportunidade de estar na Bolsa de Valores enquanto ela estiver subindo, que eventualmente ter investimentos na Bolsa enquanto ela estiver caindo.

8. Escolha a alternativa que melhor reflete suas expectativas de Risco/Retorno anuais para o período de 1 ano.

	Nível Risco	Retorno Esperado 12 meses % nominal	Pior Retorno Mês (1) % nominal
()	Muito Baixo	8,50%	0,50%
()	Baixo	10,00%	0,13%
()	Médio	12,00%	-0,50%
()	Alto	15,00%	-2,00%
()	Muito Alto	30,00%	-10,00%

Situações extremamente adversas podem afetar esses parâmetros.

9. Como você reagiria se tivesse uma perda de 15% em sua aplicação?

- () Jamais me exporia a tal risco, assim não me vejo nessa situação.
 () Resgataria o total dos recursos.
 () Direcionaria uma parcela dos recursos para aplicação com menor nível de risco.
 () Penso no Longo Prazo, então, não faria alterações.

Objetivo de Investimento

10. Qual o principal objetivo do seu investimento financeiro (04 para o mais importante e 01 para o menos importante).

(Prioridade) Objetivo dos Investimentos Financeiros

() Poupar afim de utilização futura (compra de carro, casa própria, faculdade do filho, viagem)

() Preservar o patrimônio sem precisar arriscar

() Arriscar um pouco para obter uma rentabilidade maior que as proporcionadas pelos investimentos mais tradicionais.

() Arriscar, de forma que se obtenha um substancial ganho de capital, mas aceitando prejuízos na mesma proporção.

11. Qual item descreve melhor o seu perfil em relação a frequência com que você reavalia o seu portfólio?

- () Espero o meu Gerente me procurar para avaliação.
 () Reavalio por conta própria.
 () Pretendo mudar quando ocorrerem transformações que afetem a minha estrutura (mudança de emprego, nascimento de filhos, etc).
 () Ocasionalmente, quando há fatos relevantes no mercado financeiro.

***1- Todas as respostas consideraram como base meus recursos investidos nos fundos distribuídos pela Momento Investimentos.**

***2- Estou ciente e me responsabilizo, caso meus investimentos não estejam de acordo com o meu perfil de investidor.**

A Momento Agente Autônomo de Investimentos fica isenta de qualquer responsabilidade em relação ao meu perfil de risco e, consequentemente, a adequação aos Fundos nos quais mantenho aplicações junto a essa instituição.

Data: ___ / ___ / ____

Assinatura do Cotista

Momento Investimentos

MOMENTO
 AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTO

ANBID
 A grande inovação para
 os fundos de investimento
 do Brasil

As informações contidas no presente questionário são confidenciais e destinadas à análise do perfil de investidor, de acordo com as disposições contidas no Capítulo V do Código da ANBIMA.